

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/40026	53057/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DOM - UAC [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na presente informação técnica.

Concurso Público: CPE.02.25.DMOSM

Contratação: "PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO DE BRAGA, LED – 2024 (9 lotes)".

Preço Base Global (9 lotes): 2.477.257,45€ (dois milhões quatrocentos e setenta e sete mil e duzentos e cinquenta e sete euros e quarenta e cinco cêntimos) (Sem IVA);

Prazo máximo de execução de cada empreitada: 65 (sessenta e cinco) dias.

Identificação do LOTE	preço base:	Prazo máximo de execução por lote:
Lote 1 – Luminárias Viárias Tradicionais	€1.621.257,28	65 dias

ASSUNTO: PROPOSTA DE CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO E EXTINÇÃO DO PROCEDIMENTO - LOTE – 1 Luminárias Viárias Tradicionais.

PROPOSTA: Submete-se para aprovação a propostas de caducidade da adjudicação da empreitada correspondente ao Lote 1 - Luminárias Viárias Tradicionais, nos termos da proposta anexa.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Órgão competente para decisão de contratar: **CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA.**

Concurso Público: CPE.02.25.DMOSM

Contratação: “PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO DE BRAGA, LED – 2024 (9 lotes)”.

Preço Base Global (9 lotes): 2.477.257,45€ (dois milhões quatrocentos e setenta e sete mil e duzentos e cinquenta e sete euros e quarenta e cinco cêntimos) (Sem IVA);

Prazo máximo de execução de cada empreitada: 65 (sessenta e cinco) dias.

Identificação do LOTE	preço base:	Prazo máximo de execução por lote:
Lote 1 – Luminárias Viárias Tradicionais	€1.621.257,28	65 dias

ASSUNTO: PROPOSTA DE CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO E EXTINÇÃO DO PROCEDIMENTO - LOTE – 1 Luminárias Viárias Tradicionais.

O presente procedimento CPE.02.25.DMOSM visa, tal como o nome indica, a *Promoção da Eficiência Energética na Iluminação Pública no Concelho de Braga, Led - Lote 1 – Luminárias Viárias Tradicionais*, ou seja, o seu objetivo principal consiste na substituição da iluminação pública tradicional por equipamentos LED, com vista à redução dos consumos de energia e, conseqüentemente, dos encargos suportados pelo Município, ao mesmo tempo que se obtém ganhos de eficiência com tecnologia mais recente.

Após adjudicação da presente empreitada ao agrupamento de empresas: I-SETE - INOVAÇÃO SOLUÇÕES ECONÓMICAS E TECNOLOGIA ECOLÓGICA LDA e LINHAS PRATEADAS, LDA, e durante a fase de validação das amostras das luminárias, prevista no artigo 13.^a-A do Programa do Concurso, foi detetado que, na zona definida para a empreitada, já tinham sido instaladas, pela E-REDES, pelo menos 2080 luminárias, o que representa cerca de 32% das luminárias previstas para instalação (no total de 6490 praça municipal 4/04-514 BRAGA - tel.: 253 616060 - e-mail: contratacao.empreitadas@cm-braga.pt



PROPOSTA DE CADUCIDADE E EXTINÇÃO DO PROCEDIMENTO - LOTE - 1

luminárias). Esses trabalhos foram efetuados pela referida entidade sem qualquer comunicação prévia ou informação ao Município acerca dessa intenção, em total desrespeito pelo levantamento cadastral e pelo projeto aprovado — projeto esse que incluía as coordenadas geográficas de cada ponto de luz a substituir e que era do conhecimento da própria E-REDES, uma vez que fora por si aprovado.

Conforme informação apurada pela equipa da DEIPE - Divisão de Eletromecânica, Iluminação Pública e Energia, foram instalados, pelo menos, 2080 luminárias com tecnologia LED pela E-REDES, devendo os mesmos ser excluídos do âmbito da presente empreitada. A exclusão desses trabalhos traduz-se numa redução do preço da proposta do concorrente classificado em primeiro lugar no montante de € 305.219,20 (trezentos e cinco mil duzentos e dezanove euros e vinte cêntimos), o que corresponde a, aproximadamente, 31,88% (ou, pelo menos, 32%) do valor total da proposta apresentada, a saber, € 957.395,23 (novecentos e cinquenta e sete mil trezentos e noventa e cinco euros e vinte e três cêntimos).

Os equipamentos LED já instalados pela E-REDES apresentam especificações distintas daquelas que se encontram definidas e contratualizadas no caderno de encargos, o que implica a necessidade de adequar os LED a instalar pelo Município, de modo a garantir a uniformidade no desempenho técnico da rede pública de iluminação.

Esta redução representa uma alteração substancial dos pressupostos técnicos iniciais que fundamentaram a abertura do procedimento, influenciando diretamente o preço da empreitada e colocando o Município numa posição de fragilidade contratual. Com efeito, o Município ver-se-ia obrigado a suportar os encargos da desmontagem das luminárias instaladas pela E-REDES ou, em alternativa, a indemnizar o empreiteiro pela não execução de, pelo menos, 2080 luminárias, situação que compromete o interesse público e a boa gestão dos recursos municipais.

Atendendo a que o contrato a celebrar já não corresponde ao objeto colocado a concurso, nem satisfaz integralmente o interesse público, e considerando que tal alteração introduz instabilidade contratual e risco de inadequação técnica do resultado final, justifica-se invocar a caducidade da adjudicação, ao abrigo do disposto no artigo 87.º A do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), conforme se expõe de seguida.

A verdade é que manutenção do contrato nas condições atuais traduzir-se-á numa solução tecnicamente inadequada e funcionalmente deficiente, uma vez que a exclusão de parte significativa dos trabalhos conduzirá a um resultado final desarmonioso e desprovido da uniformidade técnica e de desempenho que o caderno de encargos pretendia assegurar. A coexistência de dois tipos distintos de tecnologia LED — uma instalada pela E-REDES e outra a instalar pelo futuro empreiteiro — compromete a qualidade da iluminação pública e

Praça Municipal 4704-514 BRAGA - tel.: 253 616060 - e-mail: contratacao.empreitadas@cm-braga.pt



PROPOSTA DE CADUCIDADE E EXTINÇÃO DO PROCEDIMENTO - LOTE - 1

inviabiliza o objetivo de uniformização e eficiência da rede, contrariando o interesse público que presidiu à abertura do procedimento.

Acresce que a redução superior a 30% do número de luminárias a instalar constitui uma quebra do equilíbrio económico-financeiro do contrato, descaracterizando a empreitada e subvertendo os pressupostos económicos que sustentaram a apresentação das propostas, configurando assim uma alteração profunda das condições do procedimento.

A eventual celebração e subsequente execução do contrato nestas circunstâncias implicaria a outorga de um contrato viciado na sua origem, com elevado risco de litigiosidade, quer pela obrigação de indemnizar o empreiteiro pelo valor correspondente à parte dos trabalhos suprimidos, nos termos do artigo 381.º, n.º 1 do CCP, quer pela possibilidade de resolução contratual por parte do empreiteiro em virtude da excessiva redução do objeto, nos termos do artigo 406.º, alínea c), do mesmo diploma.

Por outro lado, os princípios da boa gestão pública e da eficiência administrativa impõem que a entidade adjudicante adote a solução que melhor salvaguarde o erário público e assegure o cumprimento dos pressupostos que estiveram na base da decisão de contratar. Assim, proceder à adjudicação de um contrato quando se sabe que uma parte significativa do seu objeto — concretamente, 2080 luminárias — já se encontra executada, configuraria um desperdício de recursos públicos e a aquisição de um serviço desnecessário. Deste modo, revela-se mais adequado não celebrar o presente contrato e promover a sua extinção, lançando posteriormente um novo procedimento de contratação pública, com um caderno de encargos devidamente ajustado à nova realidade. Este novo procedimento deverá garantir a uniformidade da tecnologia LED, evitar o pagamento de indemnizações decorrentes de reduções de preço e, simultaneamente, assegurar uma melhor aplicação dos fundos públicos e, ao mesmo tempo, obter um desempenho técnico das luminárias mais eficiente e adequado.

Em face do exposto, a alteração substancial do objeto contratual compromete o interesse público, tanto pela instabilidade contratual que gera, como pela inadequação técnica da solução resultante da adjudicação. Por tais motivos, deve ser declarada a caducidade da adjudicação do contrato, por alteração superveniente do seu objeto e dos pressupostos da decisão de contratar, ao abrigo do artigo 79.º, n.º 1, alínea d), aplicável por força do artigo 87.º-A, ambos do Código dos Contratos Públicos, e, consequentemente, deve ser, também, declarada a extinção do procedimento CPE.02.25.DMOSM – Promoção da Eficiência Energética na Iluminação Pública no Concelho de Braga, LED – Lote 1 – Luminárias Viárias Tradicionais.



Projeto de decisão:

Face ao que antecede, submete-se à consideração superior a presente proposta. Se a mesma merecer aprovação, proceder-se-á, nos termos do disposto no artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo, à notificação dos concorrentes para que se pronunciem, no prazo de **dez** dias úteis, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, sobre a presente proposta, do qual se enviará um exemplar.

Proceder-se-á ainda à devolução da caução apresentada na fase de apresentação dos documentos de habilitação, pelo agrupamento de empresas: I-Sete - Inovação Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica Lda e Linhas Prateadas, Lda.

3 dezembro de 2025

Em anexo:

- Proposta de abertura do procedimento;
- Proposta de adjudicação.

